

Salto de investimentos após o marco

— Aprovada em 2020 com o objetivo de atrair o capital privado, mudança do setor já gerou R\$ 55 bilhões em 22 leilões; mudança no papel de agência gera incertezas

LUÍZ GUILHERME GERBELLI

Os indicadores de saneamento básico se transformaram num dos problemas sociais mais gritantes do Brasil. São quase 35 milhões de brasileiros sem acesso a água tratada; 95 milhões não têm coleta e tratamento de esgoto. O resultado dessa realidade é que o País registra perdas bilionárias, que passam por economia, saúde e educação.

Aprovado em 2020, o marco do saneamento tem conseguido ampliar os recursos destinados para o setor e começa a contribuir para um cenário menos vergonhoso. Os investimentos público e privado têm

crecido ano a ano e devem somar R\$ 24,6 bilhões em 2023, segundo um estudo produzido pela Inter.B Consultoria.

O marco ampliou a competição, abrindo um espaço maior para a atuação da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, foram definidas metas ambiciosas: 99% da população terá água tratada e 90% do esgoto precisará ser coletado até 2033.

“O marco é importante porque ele coloca a competição pelo ativo”, diz Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B. “O resultado disso é que houve uma onda de investimentos.”

Ao todo, 22 leilões já foram realizados desde o início do marco. Os investimentos somam R\$ 55 bilhões e devem be-

Realidade perversa

35 milhões de cidadãos brasileiros não têm acesso a água tratada

95 milhões de brasileiros não têm coleta e tratamento de esgoto

neficiar 30 milhões de pessoas, mostra um monitoramento realizado pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon).

Ruído. No início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no entanto, o setor se viu preocupado com um possível retrocesso. Uma série de atos assinados pelo presidente ampliou a insegurança do setor.

Na reformulação realizada pela administração federal, a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) foi transferida para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e deixou de ter saneamento no nome.

Ao mesmo tempo, o papel de regulação foi atribuído para a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades. O governo informou que houve uma confusão nas normas e

prometeu recuar.

“Apesar de a confusão inicial ter passado um pouco de insegurança, houve uma disposição para o diálogo. Eles nos ouviram rapidamente, assim como ouviram outros setores”, afirma Percy Soares, diretor executivo da Abcon.

A regulamentação do setor é considerada fundamental para atrair investimentos privados porque existem cerca de 80 agências regulatórias municipais e estaduais espalhadas pelo País. Ou seja, a ANA tem como papel harmonizar as regras e dar segurança para o setor privado nos investimentos. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1